

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.972 - SP (2019/0300633-1)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PEDRO NAVES MAGALHAES - SP305727
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MURILO ZAMBONI DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

O paciente alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal de origem que deu provimento ao recurso do Ministério Público e tornou a reprimenda do réu definitiva em 7 anos, 11 meses e 8 dias de reclusão, em regime fechado, mais multa, pela prática do delito de tráfico de drogas.

Busca-se, por meio deste *writ*, a desclassificação do delito para o previsto no art. 28 da Lei de Drogas. Subsidiariamente, pugna pela redução da pena-base e adequação do regime imposto.

O pedido de urgência não comporta deferimento.

As pretendidas desclassificação e redução da reprimenda imposta ao paciente, nos moldes em que delineados na impetração (com os consectários daí decorrentes – regime inicial mais brando e substituição da pena por restritivas de direitos), confunde-se com o próprio mérito do *writ*, em evidente caráter satisfativo, de modo que a caracterização do aventado constrangimento ilegal deve ser analisado mais detalhadamente na oportunidade do seu julgamento definitivo.

À vista do exposto, **indefiro a liminar.**

Devidamente instruídos os autos, dispense a solicitação de informações à autoridade apontada como coatora.

Ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

